

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE**

SISTEMA MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

**Processo N° 001-0625001-2018**

Dat. Entrada 25/06/2018 15:55:44

Requerente CENTRO DE EDUCAÇÃO EFIVEST		Documento CPF 37738461349	
Endereço RUA ALBERTO MAGNO 300	Bairro MONTESE	Telefone: 34914000	
Assunto: SOLICITAÇÃO	Ref.	Empenho	Empenho 0000000000

Informações sobre o requerimento

PROCESSO LICITATÓRIO
NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO N° 201804.04.27.1
IMPUGNAÇÃO A RECURSOS/CONTRARRAZÕES.

ORIGEM: 1 PROTOCOLO MUNICIPAL**ENCAMINHADO PARA****DATA****HORA**

4 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

25/06/2018

15:55:44

ANOTAÇÕES DA TRAMITAÇÃO

Origem	Data	Destino	Att.

Observações**Instruções**

Tel. do Protocolo: 33366007

1. Os processos devem ser despachados por ordem de entrada.
2. Depois de despachado deve ser dado informado no sistema imediatamente o teor do despacho e a destinação.
3. Não separe os documentos da pasta.



Estagiário

Rafael Soares Coelho



CONTRANOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CENTRO DE EDUCAÇÃO EFIVEST,

pessoa jurídica de direito privado interno, inscrita no CNPJ sob o nº 07.327.965/0001-32, representado neste ato por seu titular, **JOSEMILDES FARIAS FONSECA**, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de Identidade nº 95002480120 – SSP/CE, inscrito sob o CPF de nº 622.043.273-87, vem respeitosamente a Vossa Senhoria, oferecer **CONTRANOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**, nos termos que se seguem:

Ilmo. Sr. Dr. *José Jackson Coelho Sampaio*,
Presidente da Funece

Tomando ciência da notificação extrajudicial enviada por V.Sa. à sede do contranotificante, recebida em 12/06/2018, destaca-se de logo a manifesta **tempestividade desta resposta**, em cotejo com a data de emissão da presente resposta, em face do prazo de 3 (três) dias concedido para serem adotadas providências, aludido na supracitada notificação.

De logo, é imperioso refutar os falsos fundamentos trazidos na já citada notificação, uma vez que não se pode afirmar, pois **não é verdade**, que atualmente o Centro de Educação Efivest "*tem utilizado brasão, símbolo identificador de órgão ou entidade da Administração Pública*", mormente da Universidade Estadual do Ceará (UECE), nem tenha se identificado como "*O Cursinho da UECE*" ou como "*O Cursinho dos Alunos da UECE*", em documento, material de divulgação ou meio midiático, com o fito de, nas palavras do notificante, "*induzir em erro os consumidores*", nem para obter vantagens financeiras sobre a UECE ou quem quer que seja.

Rememora-se que o curso EFIVEST foi inegavelmente o *cursinho da UECE* e o *cursinho dos alunos da UECE*, quando o projeto EFIVEST foi criado em 1998 pelos alunos da UECE **Josemildes Farias Fonseca**, do curso de Letras e **Keene Costa Vasconcelos**, aluna do curso Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, sob aquiescência e colaboração da UECE.

Entre os anos de 1998 e 2001 o curso EFIVEST funcionou dentro do campus da UECE do Bairro de Fátima e era conhecido como o "*Cursinho da UECE*". Prestou relevantes serviços à comunidade e a própria UECE, enquanto curso preparatório para o vestibular destinado à alunos de baixa renda ou oriundos de escola pública, servindo também de laboratório para os alunos do



curso de licenciatura desta conceituada instituição de ensino.

Como se vê o curso EFIVEST foi um dos, se não o primeiro curso preparatório criado exclusivamente por alunos da UECE e já tem assegurado o seu lugar na história da Instituição e esse nascedouro marcou de forma indelével e definitiva o curso EFIVEST.

Mais isso faz parte da história e de um passado que muito orgulha àqueles que fazem o hoje conhecido e reconhecido CURSINHO DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE LTDA (nome empresarial) ou CENTRO DE EDUCAÇÃO EFIVEST (título do estabelecimento comercial/nome de fantasia) ou apenas "*EFIVEST - Cursinho da Universidade*".

Ante todo o exposto o ora contranotificante reafirma que **discorda veemente e expressamente dos fatos contidos na notificação**, uma vez que não se coadunam com os que são praticados e que **não reconhece no ato notificadorio nenhuma legalidade ou legitimidade**.

Cioso de que os esclarecimentos são suficientes, o contranotificante espera encerrar eventual pretensão jurídica temerária.

Sendo o que reserva a oportunidade.

Fortaleza/CE, 15 de junho de 2018.

CENTRO DE EDUCAÇÃO EFIVEST

Josemildes Farias Fonseca

JOSEMILDES FARIAS FONSECA

Especialista em Administração Escolar

CE3-CE nº 5570

Secretário Escolar SEDUC nº 0056

Petronilo Jefferson da Silva
OAB/CE nº 12.332B

Camila Espindola Jefferson Frota
OAB/CE nº 37.414

Rafael Soares Coelho
Estagiário

Escritório Jurídico

472/855/2018

Recebido em 15/06/18

Assinatura
(Protocolo de nº 1506)

ALVARO



Ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Horizonte/CE.

Dr. Diego Luis Leandro Silva

Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preço nº 2018.04.27.1

Impugnação a Recurso / Contrarrazões

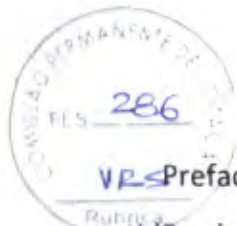
CENTRO DE EDUCAÇÃO EFIVEST,

peessoa jurídica de direito privado interno, inscrita no CNPJ sob o nº 07.327.965/0001-32, representado neste ato por seu titular, **Josemildes Farias Fonseca**, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de Identidade nº 95002480120 – SSP/CE, inscrito sob o CPF de nº 622.043.273-87, vem respeitosamente a Vossa Senhoria, oferecer

Impugnação / Contrarrazões ao Recurso contra Habilitação,

interposto pelo licitante Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos - IEPRO, em face dos atos da Administração de habilitação da impugnante - Efivest, nos termos do artigo 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93, como se segue:

Da Tempestividade:



VP- Prefacialmente, a impugnante - Efivest esclarece que a publicação, por meio da afixação da certidão de interposição de Recurso Administrativo no flanelógrafo na Prefeitura Municipal de Horizonte, ocorreu no dia 18/06/2018, data em que se iniciou o prazo de 5 (cinco) dias úteis para impugnação, previsto no artigo 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93, para terminar no dia 25/06/2018 (segunda-feira).

Logo, em sendo apresentada nesta data a presente impugnação é claramente tempestiva.

Breve Resumo do Recurso:

Aduz o recorrente que:

- O recorrente se *"surpreendeu com a presença da licitante: Cursinho EFIVEST, que se habilitou para concorrer a Tomada de Preço nº 2018.04.27"*;
- Que a impugnante *"teria se utilizado sistematicamente de brasão, notório símbolo identificador da Universidade Estadual do Ceará - UECE, nos materiais de divulgação dos serviços educativos prestados, bem como no sitio eletrônico: <https://efivest.com.br/>"*;
- Que teria havido ofensa ao artigo 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e aos princípios contidos no artigo 37, da Constituição Federal, que deverão estar sempre presentes em qualquer atividade administrativa, inclusive no processo licitatório;
- Que o *"princípio da igualdade visa escolher a melhor proposta, assegurar os interessados em contratar com a Administração Pública, igualdade de direitos, proibindo a concessão de preferencias e privilégios..."*;
- Que a impugnante há muito se esforça, por meio de suas mídias impressas e virtuais, em *"se associar ao nome da Universidade Estadual do Ceará, (...) com a finalidade de induzir em erro os consumidores locais, fazendo supor tratar-se do mesmo curso pré-vestibular oferecido por esta Instituição de Ensino Superior Pública, a saber, o UECEVEST"*.
- Que a *"utilização de símbolos de órgão ou entidades da Administração Pública é prática de natureza, configurando dolo a ensejar condenação na esfera cível e penal"*;

Informa ainda o recorrente que em 14 de junho de 2018 a Fundação Universidade Estadual

do Ceará-FUNECE teria ingressado com "*Notitia criminis* contra a impugnante - Efivest, ²⁸⁷ ~~"por~~ *haver incorrido em crime de estelionato, artigo 171 do Código Penal cumulado com artigo 296* ~~"~~ *também do código criminal que versa sobre falsificação de selo ou sinal público*".

Por derradeiro comunica o recorrente que segue anexado o ofício nº 414/2018/PRESI/FUNECE, no qual a FUNECE notifica extrajudicialmente a impugnante - Efivest para que retire de todos os veículos publicitários, "*qualquer referência a Universidade Estadual do Ceará e suas insígnias*" e o ofício nº 413/2018/PRESI/FUNECE, destinado à Comissão de Licitação de Horizonte, "*informando que a empresa EFIVEST está pretendendo induzir a erros os consumidores locais do Município de Horizonte...*".

Requer, com amparo nos artigos 10 e 11 da Lei nº 8.429/92 e na certeza de que a impugnante "*agiu com dolo e má-fé e que estes são elementos subjetivos caracterizadores de possível atos de improbidade administrativa*" a desclassificação da empresa Centro de Educação Efivest.

Da Contestação às Alegações:

Da surpresa com a presença da licitante: Cursinho EFIVEST:

A impugnante demonstrará que os argumentos agitados no recurso do IEPRO, contra a habilitação da EFIVEST para a **Tomada de Preço nº 2018.04.27**, não se sustentam e devem ser rejeitados.

Em verdade, aconteceu que o recorrente tinha a ideia firme de que apenas ele, IEPRO, iria participar da Tomada de Preço e que a venceria facilmente. Dai haver dito que se "*surpreendeu com a presença da licitante: Cursinho EFIVEST...*", pois viu na impugnante uma ameaça concreta a sua pretensão. Mais do que isso, o recorrente traz no seu âmago a dolorosa certeza de que não se sairá vencedor desse processo licitatório, porque conhece a sua concorrente, Centro de Educação Efivest.

É que o processo licitatório é público, como bem se vê no artigo 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e no artigo 37, da Constituição da República, e todo aquele que se sinta apto poderá dele participar. Somente por ignorância dos termos da lei e por desconhecimento das normas específicas da Tomada de Preço nº 2018.04.27 é que se poderia se *surpreender* com a *presença* de outros licitantes.

Por sua vez a singela *surpresa* de mais um licitante não autoriza e nem fundamenta um recurso administrativo em face da habilitação de outro licitante, uma vez que o processo é guiado por regras pré-estabelecidas, como se tem, no caso, o rol taxativo de documentos exigidos para a habilitação, contido nos artigos 27, 28 e 29 a Lei nº 8.666/93:



*Art. 27. Para a **habilitação** nas licitações **exigir-se-á dos interessados, exclusivamente**, documentação relativa a:*

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal e trabalhista; (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

*Art. 28. A documentação relativa à **habilitação jurídica**, conforme o caso, consistirá em:*

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

*Art. 29. A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista**, conforme o caso, consistirá em: (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)*

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação

regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)



Na ata da sessão do dia 11 de junho de 2018 o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, após análise de toda a documentação apresentada pelos participantes, **decidiu** que:

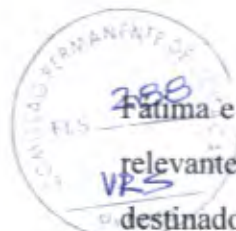
"Os licitantes CURSINHO DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE LTDA-ME e INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS E PROJETOS DA UECE - IEPRO, estão HABILITADOS, por terem cumprido as normas editalícias, e as normas da Lei Federal 8.666/93."

A decisão tomada pela Comissão de Licitação em habilitar os licitantes que apresentaram os documentos exigidos pela lei e pelo Edital foi corretíssima e está em plena consonância com o que determinam os tribunais pátrios.

Da Utilização de Brasão e Símbolo da UECE em Matérias de Divulgação:

O recorrente afirma que a impugnante se utiliza de brasão e símbolo identificador da Universidade Estadual do Ceará - UECE nos materiais de divulgação dos serviços educativos prestados, bem como no site eletrônico: <https://efivest.com.br/>. Ocorre que a assertiva do IEPRO é uma falácia por 3 razões, senão veja-se:

Primeiro: porque não é verdade que a impugnante se utiliza de brasão e símbolo identificador da Universidade Estadual do Ceará - UECE, nos materiais de divulgação dos serviços educativos prestados. Cabe esclarecer que a Efivest foi, de fato e de direito, o cursinho da UECE e o cursinho dos alunos da UECE, quando o projeto EFIVEST foi criado em 1998 pelos alunos da UECE **Josemildes Farias Fonseca**, do curso de Letras e **Keene Costa Vasconcelos**, aluna do curso Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, sob aquiescência e colaboração da UECE. Entre os anos de 1998 e 2001 o curso EFIVEST funcionou à tarde no campus da UECE do Bairro de



Fátima e era conhecido como o "Cursinho da UECE" e "Cursinho dos Alunos da UECE". Prestou relevantes serviços à comunidade e a própria UECE, enquanto curso preparatório para o vestibular destinado à alunos oriundos de escola pública e de baixa renda, servindo também de laboratório para os alunos do curso de licenciatura desta conceituada instituição de ensino. O curso EFIVEST foi um dos, se não o primeiro curso preparatório criado exclusivamente por alunos da UECE e já tem assegurado o seu lugar na história da Instituição. Hoje a impugnante é conhecida e reconhecida como CURSINHO DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE LTDA (nome empresarial) e CENTRO DE EDUCAÇÃO EFIVEST (título do estabelecimento comercial/nome de fantasia), sendo aberto e inscrito no CNPJ em 14/04/2005 sob o nº 07.327.965/0001-32 e sua marca EFIVEST também tem Certificado de Registro de Marca no INPI, sob o nº 829841377, desde de 26/10/2010.

Segundo: porque a Universidade Estadual do Ceará - UECE não é participante desse processo de licitação, mas sim o IEPRO, cuja personalidade jurídica não se confunde com a da UECE, e mesmo que fosse verdade que a Efivest estivesse utilizando em seu material de divulgação brasão e símbolo da UECE, o que se afirma apenas para fins de argumentação, não haveria porque a UECE vir reclamar esse fato no processo de licitação.

Terceiro: e o mais importante, é que TUDO o que o recorrente alega em seu recurso, ou seja, que a impugnante estaria utilizando brasão, símbolo, que teria agido com dolo e má-fé, NADA disso consta como impeditivo à habilitação no edital de licitação. É fato que não há no multicitado edital um único parágrafo, linha ou letra sequer, que autorize a Comissão de Licitação a inabilitar um participante por publicidade feita, muito menos quando esse ato teria sido praticado em face de terceiro, já que a infundada acusação é de utilização de brasão, símbolo da Universidade Estadual do Ceará - UECE, em prejuízo da UECEVEST. Noutras palavras, a tese absurda do recurso é a seguinte: o IEPRO acusa a EFIVEST de uso de brasão e símbolo da UECE em prejuízo da UECEVEST, sendo a impugnante notificada extrajudicial pela FUNECE. Ficou claro? Todavia, nem a UECE, nem a UECEVEST e nem a FUNECE são participantes dessa Tomada de Preços. Então que consequência poderia ter, no caso concreto, a relação histórica, lícita e bonita entre EFIVEST e UECE? Nenhuma consequência jurídica poderá advir da relação dessas duas pessoas jurídicas EFIVEST - UECE, para a presente Tomada de Preços.

Da Aventura Jurídica criada pelo IEPRO em face da EFIVEST:

As alegações do IEPRO em face da EFIVEST são despropositadas e visam apenas criar um fato novo para tentar retirar a EFIVEST do certame, sem ter que enfrentá-la, porque antever que há

uma proposta melhor técnica e financeiramente do que a sua e que não poderá vencer a licitação.

Como dito alhures os argumentos do recurso não são jurídicos e não tem relação direta com o edital de licitação.

Daí tem-se que, **depois de já habilitada a EFIVEST**, o licitante IEPRO acionou outras pessoas jurídicas sobre sua influência, para tentar barrar a lícita participação da sua única concorrente na licitação, podendo, assim, reinar soberana, senão veja-se:

Dia 11/06/2018 - Habilitação no certame da licitante EFIVEST

Dia 12/06/2018 - Notificação extrajudicial da EFIVEST

Dia 12/06/2018 - A FUNECE oficia a Comissão de Licitação contra a EFIVEST

Dia 14/06/2018 - A FUNECE apresentou *notitia criminis* em face da EFIVEST

Dia 15/06/2018 - O IEPRO apresentou recurso contra a habilitação da EFIVEST

A documentação carreada aos autos comprovam os fatos e as datas acima apontadas.

Da Contranotificação Apresentada pela EFIVEST:

A impugnante - EFIVEST respondeu a notificação extrajudicial que lhe foi encaminhada, no prazo que lhe foi conferido, apresentando fundados argumentos fáticos e jurídicos à notificante, de modo a não deixar qualquer dúvida quanto a conduta ética que sempre tem adotado em todas as suas práticas.

Portanto, é argumentação presunçosa e infundada aventar que a impugnante almeje "*induzir em erro os consumidores locais, fazendo supor que se trata do mesmo curso pré-vestibular oferecido pela UECEVEST*". Entretanto, há evidente semelhança de grafia e de pronuncia de UECEVEST com EFIVEST, sendo certo que o curso EFIVEST é anterior, atuante e está devidamente registrado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI.

Ocorre o inverso, já que a UECEVEST foi criada muito depois da EFIVEST e faz, como dito linhas atrás, uma mega e complexa operação, para tentar afastar a licitante EFIVEST.

Os fatos demonstram que não é verdade que a impugnante há muito se esforça, por meio de suas mídias impressas e virtuais, em "*se associar ao nome da Universidade Estadual do Ceará, (...) com a finalidade de induzir em erro os **consumidores locais**, fazendo supor tratar-se do mesmo curso pré-vestibular oferecido por esta Instituição de Ensino Superior Pública, a saber, o UECEVEST*".

Nota-se que a acusação é que a EFIVEST tenta induzir em erro os consumidores locais, ou seja, os consumidores do Município de Horizonte, fazendo supor tratar-se do mesmo curso pré-

vestibular oferecido por esta Instituição de Ensino Superior Pública, a saber, o UECEVEST. Não existe nenhum documento no processo licitatório ou ato praticado perante o Município de Horizonte que dê azo a afirmativa feita pelo recorrente. Trata-se de ilação, sem apresentação de nenhuma prova. A impugnante também não faz veiculação de publicidade no município de Horizonte.

Ainda mais estranha, por que não dizer exdrúxula, é a assertiva lançada no recurso, de que a impugnante - EFIVEST tenha praticado, enquanto empresa privada, ainda sem nenhum vínculo com a Administração Pública, ato de improbidade administrativa.

"Sendo assim, resta-nos assevera que referida empresa agiu com dolo, má-fé, e que estes são elementos subjetivos caracterizadores de possíveis atos de improbidade administrativa..."

Dos Princípios que Regem o Processo Licitatório;

O Município de Horizonte tem agido neste caso concreto com extrema lisura e vem observando rigorosamente os princípios que regem o Processo Licitatório, notadamente os contidos no artigo 37, da CR/88 e no artigo 3º, da Lei nº 8.666/93.

O escopo é escolher a melhor e mais vantajosa proposta e assegurar os melhores interesses da Administração Pública, proibindo a concessão de preferências e privilégios. A pretensão recursal, engendrada na união com outras pessoas jurídicas, objetivando retirar a concorrência Efivest e alijar o processo licitatório, para que reste sozinho no certame, fere os princípios da moralidade e eficiência.

Por sua vez, não há como imputar nenhuma mácula ao ato da Administração, praticado com estrita observância das normas atinentes à espécie, e que decidiu pela habilitação das duas licitantes, que cumpriram rigorosamente todos os requisitos exigidos em lei e pelo edital do certamente.

Dos Pedidos:

Ante os argumentos fáticos e jurídicos acima expostos, requer-se que tenha por infundados todos os argumentos trazidos no recurso apresentado pelo Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos - IEPRO, em face da habilitação do Centro de Educação Efivest Ltda.

Requer que o ofício nº 413/2018/PRESI/FUNECE, "informando que a empresa EFIVEST está pretendendo induzir consumidores locais do Município de Horizonte", destinado à Comissão de Licitação, não seja recebido e anexado ao processo licitatório e se já o foi, que seja desentranhando

e devolvidos a Fundação Universidade Estadual do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, estranha ao presente processo de Tomada de Preços.



Requer ainda que receba todos os documentos ora anexados a este processo, e que sejam declarados autênticos.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Fortaleza/CE, 22 de junho de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Josemildes'.

CENTRO DE EDUCAÇÃO EFIVEST

Josemildes Farias Fonseca
JOSEMILDES FARIAS FONSECA
Especialista em Administração Escolar
CES-CE nº. 6570
Secretário Escolar SEDUC nº 9056



PREFEITURA DE
HORIZONTE




CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO
CONTRARRAZÕES DA EMPRESA CURSINHO DOS ALUNOS DA
UNIVERSIDADE LTDA-ME AO RECURSO ADMINISTRATIVO
INTERPOSTO PELA EMPRESA INSTITUTO DE ESTUDO E
PESQUISA E PROJETOS DA UECE - IEPRO.

Certifico que foi publicado através de afixação no flanelógrafo desta Prefeitura (Quadro de Avisos e Publicações), as contrarrazões da empresa CURSINHO DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE LTDA-ME ao recurso administrativo interposto pela empresa INSTITUTO DE ESTUDO E PESQUISA E PROJETOS DA UECE - IEPRO, a respeito da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.04.27.1**, que tem como objeto a Contratação de empresa para serviço de implementação e fortalecimento do Cursinho Pré-Vestibular de Horizonte (160 ALUNOS), com suporte de profissionais, coordenação e material didático de apoio, vistas a fomentar o acesso dos munícipes ao ensino superior, sob responsabilidade da Secretaria de Educação do Município Horizonte – CE.

Afixado na data de 25 de Junho de 2018, conforme estabelece a legislação em vigor.

Horizonte/CE, 25 de Junho de 2018.


Maria Velúcia Nogueira Lopes
Secretária de Planejamento e Administração